

O Presidente e as mudanças econômicas

L. G. NASCIMENTO SILVA

Ufa, até que enfim! A Assembléia Nacional Constituinte assumiu decididamente sua responsabilidade na organização política do País. Com o comparecimento da totalidade de seus membros, apoiou, por 344 votos contra 212 e 3 abstenções, a manutenção do regime presidencialista.

Agora está o Presidente José Sarney livre do jugo opressivo do PMDB, a que se manietou por um certo grau de insegurança, quando assumiu, pelo infausto falecimento do Presidente eleito Tancredo Neves, a Presidência da República. Resta-lhe ainda agora um largo período de Governo em que pode, manobrando com decisão as rédeas do poder, conduzir o País à retomada de seu processo de crescimento econômico, com o controle da inflação e a retomada dos investimentos.

Com a adoção do parlamentarismo corria o Brasil sério risco de manter-se jungido às injunções da política partidária, com o menosprezo dos programas de desenvolvimento econômico do País. Agora não. Pode o Presidente voltar sua atenção prioritária para um amplo propósito do desenvolvimento econômico, e com este contribuir para a melhoria das condições sociais de nosso povo.

O presidencialismo é isso. Ele se deve caracterizar pela recíproca independência do Presidente da República e do Congresso. A Constituição americana, modelo das constituições republicanas, consagra em seu art. II, seção 6, parágrafo 2, a proibição de que nenhum senador ou deputado possa ser indicado para cargo na Administração, bem como que qualquer pessoa que ocupe cargo público possa ser membro de qualquer das Casas do Congresso durante a duração de seu ofício. Esse é um dos preceitos que asseguram a independência dos Poderes.

No Brasil não chegamos a tal extremo. Os parlamentares podem ser chamados a ocupar postos ministeriais e outros encargos, sem perda do mandato legislativo. Mas, a verdade é que Executivo e Legislativo devem manter uma recíproca independência, pois diversa é a esfera da ação de cada um desses Poderes.

O que o povo brasileiro espera do seu Presidente é que ele, já agora fortalecido pela nítida adoção do presidencialismo, arregasse suas mangas para encetar a urgente e ingente missão de recompor as finanças nacionais e o equilíbrio orçamentário. Esse é o papel que o exercício da Presidência impõe a seu ocupante.

A prioridade maior está na adoção das medidas a serem propostas pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento para redução do déficit público e controle da inflação. Elas impõem pílulas amargas como sejam: a modificação da política salarial dos funcionários públicos, eliminando-se a aplicação da URP, a ser substituída por um reajuste trimestral; supressão do processo de capitalização das empresas estatais além dos recursos já supridos pelo Tesouro; proibição de repasses superiores aos fundos de participação aos Governos estaduais e municipais; privatização de empresas públicas, especialmente as originalmente pertencentes ao setor privado e outras.

Como se vê, é um receituário de amargar. Mas, se o Presidente quer mesmo equilibrar as finanças públicas não pode hesitar em tomá-las. E verá, logo depois, o acerto de sua decisão e colherá, ainda no curso do seu mandato, os louros da vitória. Ele deveria ter adotado essas medidas ao assumir a Presidência da República, e já lá se vão mais de três anos. E teria gozado, sem dúvida, dos frutos de uma bem-sucedida contenção.

Mas, não é sem tempo. Verá ele que a resposta que o País oferecerá a uma decidida mudança de estratégia será pronta e eficaz. A iniciativa privada não deseja, nem espera, outra coisa. Os banqueiros nossos credores tampouco: eles aguardam, ansiosos, que o controle da inflação se faça para acertar uma correta negociação de nossa dívida externa, e mesmo voltar a nos oferecer novos recursos. Também os investidores estrangeiros querem participar do bom mercado brasileiro, que para se expandir, não só internamente, mas na extensão de sua produção aos mercados externos, só precisa da confiança de novos investidores.

E o campo social? Ah, esse demanda, e exige na verdade, maiores atenções. Mas, novos recursos para sua expansão só poderão provir do crescimento de nossa economia e da melhor aplicação dos meios orçamentários. E só a injeção de novos recursos poderá ajudar as necessidades sociais da população.

Esperemos que a decisão da Assembléia Nacional Constituinte, mantendo o regime presidencialista de governo, libere os movimentos do Presidente da República, e o impulsione a cuidar precipuamente da Administração, como tanto espera o povo brasileiro. E não será sem tempo.